

INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTA NA SALA DE AULA

Wirna Kerma Mendes¹

Michelle Soares Pinheiro²

INTRODUÇÃO

O autismo, também conhecido como Transtornos do Espectro Autista (TEA), são transtornos que causam problemas no desenvolvimento da linguagem, nos processos de comunicação, na interação e no comportamento social da criança. Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo todo possuem algum tipo de autismo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014). Com relação ao Brasil, esse número passa para 2 milhões. Uma pesquisa realizada em 2015 do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) diz que o autismo atinge ambos os sexos e todas as etnias, porém o número de ocorrências é maior entre o sexo masculino (cerca de 4,5 vezes).

Esse transtorno não possui cura e suas causas ainda são incertas, porém ele pode ser trabalhado, reabilitado, modificado e tratado para que, assim, o paciente possa se adequar ao convívio social e às atividades acadêmicas o melhor possível. Quanto antes o autismo for diagnosticado melhor, pois o transtorno não atinge apenas a saúde do indivíduo, mas também de seus cuidadores que, em muitos casos, acabam se sentindo incapazes de encararem a situação diante da experiência vivenciada.

No contexto educacional, o número de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) que estão matriculados em classes comuns no Brasil aumentou 37,27% em um ano. Em 2017, 77.102 crianças e adolescentes com autismo estudavam na mesma sala que pessoas sem deficiência. Esse índice subiu para 105.842 alunos em 2018. Os dados foram extraídos do Censo Escolar, divulgado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São considerados tanto os estudantes de escolas públicas quanto de particulares.

Essa é uma grande conquista social e, portanto, exige das instituições uma preparação específica para atender de forma adequada esse público em consonância com a política de

¹ Graduanda em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Acaraú; wirna.kerma.mendes00@aluno.ifce.edu.br;

² Professora orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Acaraú; Doutora em Linguística Aplicada; michelle.pinheiro@ifce.edu.br.

inclusão, bem como a educação especial preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 que a define como uma modalidade de ensino.

Tal modalidade, segundo a LDB, perpassa todos os níveis de educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Vale ressaltar também uma conquista muito importante para os indivíduos do espectro autista, Lei 13.977, de 2020, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). A norma foi batizada de Lei Romeo Mion em referência ao filho do apresentador de televisão Marcos Mion pelo fato de o primeiro citado ter transtorno do espectro autista, de acordo com a nova lei, a Ciptea deve assegurar aos portadores atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O presente trabalho tem como tema a inclusão de alunos autistas na sala de aula. Um dos interesses por esse tema partiu da nossa experiência vivida na área da educação, bem como é um tema que ainda precisa ser muito debatido e pesquisado para ampliar conhecimento. Dessa maneira, acreditamos que estudar o autismo e a inclusão contribui para ampliar o conhecimento na área e com a formação de profissionais da educação básica na perspectiva da inclusão escolar; o trabalho tem como principal objetivo analisar quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino de Ciências com os estudantes que apresentam diagnóstico de autismo em escolas regulares.

Nesta perspectiva, essa temática reafirma a necessidade de que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, esse estudo será relevante para a prática pedagógica de professores em formação inicial e continuada, pois, de nada adianta termos um aluno com necessidades educacionais especiais matriculado na escola, se não houver pessoas comprometidas e uma política socioeducacional inclusiva.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, será desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, A pesquisa realizada é de cunho qualitativo exploratório dado que “[...]preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 32) e objetiva familiarizar e explorar o assunto ainda pouco estudado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Surian (2010), o autismo é um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico que se manifesta através de dificuldades marcantes e persistentes na interação social, na comunicação e no repertório de interesse de atividade. Segundo Leboyer (2007), o autismo é um distúrbio de desenvolvimento a tal ponto complexo que nenhum modelo, nenhuma abordagem clínica, metodológica ou terapêutica poderia, por si mesmo, abranger a verdade.

Com a Declaração de Salamanca a ideia é que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução de cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...).

No Brasil, o processo de educação inclusiva começou a partir da década de 90, tanto por questões legais (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), como também por meio de discussões no âmbito da educação (congressos, encontros e livros). O que se sabe hoje é que existe uma gama de concepções e perspectivas a respeito da inclusão que exige daqueles que adotam a educação inclusiva uma crítica elaborada a respeito.

Embora os principais sinais do autismo sejam isolamento social, ausência de contato visual, pobreza de expressão verbal e inexistência de empatia, outros, menos conhecidos não são difíceis de notar. Geralmente os autistas não compreendem metáforas e, muitas vezes, as interpretam literalmente. Ele tem dificuldade de imitar gestos alheios, demonstram preocupação exagerada com coisas consideradas insignificantes se não tomam conhecimento de aspectos fundamentais de seu entorno, especialmente o social.

Falar sobre estratégias de adaptação curricular segundo Coll et al (2004) aponta que o sistema educacional deve entender que dois aspectos são relacionados às crianças autistas: a diversidade e a personalização. Para o ensino de alunos autistas deve-se lembrar de que há algumas estratégias de ensino aprendizagem. Nesse sentido, Cunha e Mata (2006) entendem que é grande o impacto nos profissionais da educação que recebem estes alunos na escola quando se deparam com suas reações, pois ainda estão diante de uma experiência nova.

A escolarização das crianças com autismo é um campo em construção marcado pelos diferentes modos de compreender essas crianças, seu desenvolvimento e as possibilidades educativas de cada abordagem. Contudo, sabemos que, historicamente, a escolarização dessas crianças ficou sob a responsabilidade das instituições especializadas de educação especial. O atendimento à criança com autismo nessas instituições baseava-se no modelo clínico médico no qual o trabalho educativo estava centrado na deficiência do aluno, visando a corrigir ou amenizar déficits, cristalizando a imagem da criança com autismo ao seu diagnóstico e determinando uma incapacidade de aprender e se desenvolver (VASQUES, 2004; CHIOTE, 2013).

A valorização do ensino de Ciências no Ensino Fundamental ainda reflete uma grande carência. Não há ainda a efetivação de políticas públicas que demonstrem interesse na renovação de todo o processo de ensino ou que reconheçam a importância do ensino de Ciências no Ensino Fundamental principalmente para os autistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda se encontra em andamento, no entanto apresentamos alguns resultados preliminares, tais como: a) o professor que leciona a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental deve ter uma formação pedagógica inclusiva a fim de saber adaptar suas aulas, especialmente as atividades em sala de aula e as avaliações para os estudantes autistas, conforme (VASQUES, 2004; CHIOTE, 2013); b) o professor que ministra a disciplina de Ciências pode e deve nas primeiras aulas explicar de forma adaptada ao nível de conhecimentos dos alunos e da faixa etária as principais características do autismo em conjunto com profissionais da pedagogia e da psicologia a fim de possibilitar o compartilhamento de informações sobre as possibilidades e limitações dos autistas. Assim, por meio de também dinâmicas de grupo e do estudo científico, os estudantes aprenderem a lidar com as diferenças numa perspectiva inclusiva no meio educacional.

Diante do exposto, acreditamos que este estudo possa complementar outros estudos sobre o autismo que estão sendo desenvolvidos e gerar novas reflexões a fim de melhorar o processo de inclusão socioeducacional dos autistas. Percebemos pela nossa experiência docente que há uma tentativa de incluir os autistas, mas ainda falta muito a ser melhorado nas escolas de Acaraú-CE. Notamos que muito se fala sobre educação especial e inclusiva para os discentes, entretanto os alunos com autismo ainda estão sendo “esquecidos” nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que o autismo por ser um desenvolvimento que requer uma competência profissional bastante comprometida com teorias e atualizações de literaturas científica, requer também do professor uma competência adequada para o desenvolvimento e a aprendizagem principalmente de crianças com autismo.

Entendemos que essa é uma mudança social e de extrema importância para um melhor desenvolvimento do aluno com autismo em sala de aula. Esclarecemos que o ambiente é um dos fatores importantes para o bom desenvolvimento e aprendizagem desse aluno. Para atingir o objetivo geral de analisar quais são as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino de Ciências com os estudantes que apresentam diagnóstico de autismo em escolas regulares, precisamos nos conscientizar primeiro que essa luta deve ser diária e constante, buscando sempre os direitos legais, e quando esses ainda não existirem que possamos contribuir para sua efetivação. Além disso, acreditamos que o professor de Ciências deve unir esforços com outros profissionais da escola a fim de realmente promover uma inclusão socioeducacional dos autistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Brasília: Diário Oficial da União.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. São Paulo: Editora Penso, 2004.

CUNHA, P.; MATA, O. M. Rompendo Paradigmas na Gestão Escolar In. ROTH, B. W. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CHIOTE, F. de. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2021.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. Campinas, SP: Papiru, 2007.



São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996

SURIAN, L. **Informações essenciais para familiares, educadores e profissionais de saúde.**

São Paulo: Paulinas, 2010.

VASQUES, C. K. **Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, 2003